



Anais da Assembléia

Nº 111

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 21 DE SETEMBRO DE 1981.

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 103ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 1981

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Senhores Deputados Gabriel Sampaio e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airtton Cordeiro, Antônio Cotrin, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de Líder da Bancada do PMDB, com assento nesta Casa, indico para integrarem a Comissão Especial para propor o estabelecimento de normas para a cobrança e aplicação da taxa judiciária em nosso Estado, os seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi e José Tavares, como membros titulares e Fidelcino Tolentino como membro suplente.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1981.

a) NELTON FRIEDRICH

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de Líder da Bancada do PMDB, com assento nesta Casa, indico para integrarem a Comissão Especial para apreciar as propostas de emendas constitucionais, os seguintes Senhores Deputados: José Tavares e Lineu Turra como membros efetivos e Fidelcino Tolentino e Nestor Baptista para membros suplentes.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1981.

a) NELTON FRIEDRICH

Requerimentos:

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 80/81 que altera o tempo de serviço do professor e professora.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência que após manifestação do Plenário, seja determinado regime de urgência à Proposição n.º 80/81, que altera o inciso II, do artigo 60, da Lei Complementar n.º 07, de 22 de dezembro de 1976, (Estatuto do Magistério Público).

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1981.

a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer envio de apelo ao Presidente Figueiredo e ao Ministro dos Transportes, Eliseu Resende.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e ouvido o Plenário, REQUER o envio de apelo ao Presidente Figueiredo e ao Ministro dos Transportes, Eliseu Resende, reivindicando a construção da ligação ferroviária entre Cianorte e Guaíra.

Requer, outrossim, o encaminhamento de cópia do presente aos presidentes das Câmaras Municipais dos municípios localizados entre as duas cidades referidas.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1981.

a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

Está comprovado que a ligação ferroviária é uma das opções mais viáveis de transporte em nossos dias, em função dos custos elevados dos combustíveis. A ligação ferroviária entre Cianorte e Guaíra viria suprir uma lacuna muito grande, possibilitando a ligação entre as regiões Norte e Oeste do Estado, trazendo muitos benefícios à economia de nosso Estado, bem como ao desenvolvimento do turismo.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer envio de expediente à TELEPAR.
Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente à TELEPAR, requerendo a instalação do serviço de microondas interligando Umuarama e Guaíra, com a finalidade de possibilitar o tráfego de sinais de áudio e vídeo de emissoras de televisão para melhorar a qualidade do sinal recebido nas localidades existentes entre os dois municípios.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1981.

a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

Atualmente, os municípios localizados entre Umuarama e Guaíra não conseguem captar os sinais de vídeo e áudio das emissoras de TV no período diurno. A instalação do serviço de microondas possibilitaria a que diversos municípios tivessem condições de receber os sinais durante todo o dia.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer envio de expediente ao Governador Ney Braga e ao Secretário dos Recursos Humanos, Segismundo Morgenstern.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Governador Ney Braga e ao Secretário dos Recursos Humanos, Segismundo Morgenstern, reiterando apelo feito anteriormente, no sentido de que seja enviada a este Poder Mensagem Governamental instituindo a Contagem Recíproca de Tempo de Serviço aos servidores do Estado.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1981.

a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

É pública e notória a aflitiva situação em que se encontra o funcionalismo estadual. Reconhecemos, por um lado, as medidas que vêm sendo adotadas em benefício do mesmo pelo Governo, como o abono que vigorará a partir do próximo dia 1.º, mas acreditamos seja necessária a instituição imediata da Contagem Recíproca de Tempo de Serviço.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer envio de expediente ao Ministro da Agricultura, Amaury Stábile.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Ministro da Agricultura, Amaury Stábile, reivindicando a realização de estudos visando a imediata liberação do plantio de frutas cítricas em nosso Estado, que está proibido desde 1972.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1981.

a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA.

Desde 1972, os agricultores paranaenses estão proibidos de plantarem frutas cítricas, em função de se ter constada a existência de câncer cítrico em nosso Estado. Por informações que provém do interior, temos notícias de que a peste já não existe mais, o que possibilitaria novamente o plantio de laranja, limão, tangerina e outras frutas cítricas. Recentemente, a própria Câmara Municipal de Maringá manifestou-se a respeito.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido a Casa, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ney Aminthas de Barros Braga, digníssimo Governador do Estado, expediente solicitando que seja determinado a imediata instalação de um destacamento do Corpo de Bombeiros na cidade de Campo Mourão - PR.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1981.

a) ANTÔNIO COTRIN

JUSTIFICATIVA:

Tratando-se de uma cidade sede de micro-região, há muito é reivindicado pela comunidade de toda a região a instalação de um destacamento do Corpo de Bombeiros, pois, atualmente, em caso de sinistros a região é atendida pelo Corpo de Bombeiros de Maringá, distante 90 quilômetros de Campo Mourão, o que significa que, quando chega o socorro, nada mais resta a fazer e as perdas quase sempre são totais.

Campo Mourão é sede de diversos órgãos da Administração Pública Estadual, tais como: Inspeção Regional de Ensino, 6.º Núcleo da Secretaria de Educação, Distrito Sanitário, Delegacia de Rendas do Estado, Batalhão da Polícia Militar, Departamento de Estradas de Rodagem, justifica-se, portanto, a instalação do destacamento do Corpo de Bombeiros.

Quanto às facilidades para a instalação desse destacamento, convém salientar que o Corpo de Bombeiros de Maringá tem condições de destacar aproximadamente 20 homens para servir em Campo Mourão e, a aquisição da viatura e o local para a ins-

talação do destacamento deverá ser feito em convênio com a Prefeitura local.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer voto de aplauso à TV Paraná Canal 6. Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, ouvido o Plenário, REQUER voto de aplauso à TV PARANÁ - Canal 6, pela apresentação no último sábado (19/09/81) no Ginásio do Tarumã da final do Festival ARIZONA, tendo como vencedora a dupla GUATUPÊ e GUARATUBA.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1981.

a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa da TV Paraná - Canal, engrandece a música sertaneja do nosso País. O Estado do Paraná participou com centenas de cidades, que vieram trazer o calor da música regional brasileira. São promoções desta qualidade que dignificam um canal de televisão, como também destacam o Paraná no cenário nacional.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Solicita que seja transcrito nos ANAIS desta Assembléia a Carta Encíclica "LABOREM EXERCENS" de Sua Santidade o Papa João Paulo II.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência após ouvido o Plenário desta Casa, que se transcreva nos "ANAIS" desta CASA a Encíclica "LABOREM EXERCENS" de Sua Santidade o Papa João Paulo II, e que do pronunciamento desta Casa se dê conhecimento a Nunciatura Apostólica em Brasília.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1981.

a) DARCY DEITOS

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer autorização para que este Parlamentar represente esta Assembléia Legislativa no "X CONAP" - Congresso Nacional de Administração de Pessoal, a se realizar na Capital paulista no período de 22 a 25 corrente mês tendo como tema central o "I BALANÇO SINDICAL BRASILEIRO", sem ônus para este Poder.

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, autorização para representar esta Casa de Leis, de acordo com o exposto acima.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1981.

a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

Tendo como objetivo a avaliação e evolução do sindicalismo no Brasil, a partir de 1978, bem como discutir suas tendências e perspectivas para o futuro, através de depoimentos e experiências dos vários setores e segmentos da sociedade envolvidos tais como: empresários, líderes sindicais, profissionais da área de Recursos Humanos, estudiosos e analistas da questão sindical, bem como oferecer oportunidades para que conferencistas, debatedores e participantes questionem os assuntos abordados, permitindo, assim, maior troca de idéias e informações.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 99/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a "ASSO-

CIAÇÃO DE PAIS E MESTRES "SANTA ISABEL DA ESCOLA DIRCE DE AGUIAR MAIA" — com sede e foro na Vila Santa Isabel na cidade de Maringá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1981.

a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública é uma sociedade civil, tem por objetivo geral, colaborar na assistência do educando, no aprimoramento do ensino e na integração da família-escola-comunidade. Sendo uma instituição já fundada há longa data, visto que seu registro original foi feito em 24 de setembro de 1973, conforme consta sob n.º 166, livro "A" do Registro de Títulos e Documentos da cidade de Maringá, vem desempenhando suas funções a contento, tanto que a Câmara Municipal de Maringá aprovou e o Prefeito Municipal sancionou Lei Municipal concedendo-lhe o título de "Utilidade Pública" em 17 de abril de 1980. O relatório que faz parte do presente projeto, evidencia as atividades beneméritas da instituição, bem como a documentação apresentada preenche os requisitos legais exigidos para que a pretensão receba o apoio e acatamento da Casa.

PROJETO DE LEI N.º 100/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública, o Iate Clube de Guaratuba, com sede e foro no Município de Guaratuba, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1981.

a) JOÃO MANSUR

JUSTIFICATIVA:

O Iate Clube de Guaratuba, entidade social, com sede no município do mesmo nome, embora tratando-se de entidade social, que mantém seu funcionamento através do recebimento de recursos oriundos de venda de títulos patrimoniais e cobranças de mensalidades, enquadra-se perfeitamente no rol de entidades, que venham a beneficiar-se com as vantagens a serem auferidas após serem declaradas de utilidade pública.

Pois, desde sua fundação, ocorrida há exatamente 32 anos passados, tem sido constantes e reiterados os serviços que vem a mesma prestando à comunidade daquele município, através das mais diversificadas formas de cooperação e atividades, tanto no campo de promoções sociais, bem como desportivas e recreativas, além de culturais, vindo desta forma colaborando de maneira indiscutivelmente decisiva, para o desenvolvimento de Guaratuba, conforme poderá constatar-se através da documentação em anexo.

Em face do acima exposto, houvermos por bem apresentar o presente plano de lei, para o qual esperamos contar com o integral apoio dos nossos nobres pares com assento nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino. — (Ausente).

Concedo a palavra ao nobre Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos, na oportunidade que ocupamos a tribuna, contestar a afirmação que se fez, que a Oposição tem sido omissa no que diz respeito a indicação de membros para compor comissões especiais nesta Casa, para tratar de matéria exatamente que diz respeito ao professorado e que é objeto da aposentado-

ria aos 30 anos e da professora aos 25 anos.

Realmente a Oposição não havendo indicado membros para compor a Comissão Especial, entendeu por certo o Sr. Líder que a medida seria desnecessária porque seria burocratizar a adaptação da legislação federal na legislação estadual. Por isto mesmo nós, valendo-nos da Constituição Federal, do que dispõe no seu artigo 200, que diz que: "as disposições da Constituição Federal se incorporam automaticamente ao Direito Constitucional Legislando dos Estados"... de imediato nós apresentamos a proposição para alterar o Estatuto do Magistério Público no seu art. 60, que trata da aposentadoria do professor, fazendo a adaptação da Lei Federal, o professor aos 30 anos e a professora aos 25 anos.

Nesta oportunidade, estamos pedindo inclusive regime de urgência em nossa proposição, para que seja feita a adaptação de imediato à Lei Complementar n.º 07, de 76, e já possa o professor usufruir das vantagens da Lei referida para alcançar a sua aposentadoria aos 25 e aos 30 anos, a professora e o professor respectivamente.

Portanto, a Oposição não tem sido omissa e não foi omissa, como afirmou o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, autor do Projeto de Emenda Constitucional. Acontece que, por certo, ele quis procrastinar, no meu entender, a adaptação da Lei Federal à Lei Estadual, apresentando uma Emenda Constitucional para depois passá-la à Lei Complementar. Nós simplificamos a matéria, porque não gostamos de complicar as coisas, já fazer diretamente a Emenda ao Estatuto do Magistério, valendo-nos que dispõe a Constituição Federal em seu artigo 200, que manda incorporar automaticamente as disposições da Constituição Federal às Leis, ao Direito Legislando dos Estados.

Era isto, Sr. Presidente e tenho um requerimento para apresentar à Mesa pedindo regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 80/81, de nossa autoria, que trata exatamente da matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta Casa aguarda, com ansiedade, notícia divulgada de que o Governo estaria examinando a possibilidade de transformar o propalado abono ao funcionalismo público em melhoria de vencimento. Até esta data, Sr. Presidente, pelo menos não passou de notícia. E o que é pior, o funcionalismo do Estado, mormente os mais humildes, não sabe ainda qual a situação que se encontram não só o projeto, mas também a sua consecução.

Na verdade, temos sido procurados por uma gama enorme de funcionários de todas as categorias, especialmente os funcionários inativos que, em comissão, na semana passada acorreram ao nosso gabinete, buscando informações da situação em que poderão se encontrar por força da deliberação do abono que entraria em vigor no dia 1.º de outubro.

Já no começo do mês corrente, nós alertávamos para a possibilidade desse abono não SER implantado em folha, para pagamento ainda no mês de outubro. E se assim não ocorresse, Sr. Presidente, uma parcela muito grande de funcionários públicos, ao receber a soma cumulativa de dois ou mais meses, acabaria por ceder parcela alta dos seus vencimentos e do abono ao Governo Federal, através do Imposto de Renda. E nesta segunda-feira, quero deixar aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um apelo, principalmente à Liderança do Governo, para viabilizar, com brevidade, com presteza, ou a transformação, ou então que chegue a esta Casa, um estudo adequado, que expresse a mais legítima e aspirada justiça do funcionário público. E que se implante um sistema gradativo de elevação de valores. De maneira que menor vencimento ou o funcionário de menor vencimento, receba uma parcela mais elevada de

percentual. E o que tem maior nível de vencimento receba um reajuste ou um abono correspondente a um percentual menor. Não porque desejamos um achatamento de níveis, como vem ocorrendo no curso de vários anos que servimos a este Poder. Mas para que aquele que tem um achatamento prensado pelas normas econômico-financeiras do País, não sofra o constrangimento e a restrição dos seus vencimentos. Por esta razão deixo aqui, Sr. Presidente, este apelo, não só à Liderança do Governo, mas também às Secretarias que examinam este problema, para abreviar de uma vez por todas, esta situação, esta angústia. E que venham a público, dar algum informe para que o funcionalismo possa dormir sossegadamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Pequeno Expediente.

Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Leônidas Chaves, inscrito.

(Ausente). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos, inscrito.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Enfrentar a dura crise que se abate sobre o nosso País, tem se constituído no maior desafio do povo brasileiro. Em cujos ombros tem sido lançado todo o peso e ônus dos erros do modelo econômico vigente.

Encontrar meios medidas ou nenhuma, que redundem em resultados efetivos, tem caracterizado a ação governamental, que perdeu o controle sobre si mesmo e sobretudo ao povo trabalhador descontente.

Fatos recentes como as manifestações na Bahia, bem demonstraram que as rédeas se não puxadas a tempo, a corda em nó que dá o aperto de misericórdia, farão este Governo desmoronar pela base e nada o segurará. Vimos assistindo diariamente em todo o Brasil, e com reflexos imediatos no Paraná, uma sucessão de fatos e acontecimentos marcantes, que nos fornecem dados para a análise da dura situação encarada de frente pelo povo. Há poucos dias, o IBGE divulgou seu levantamento sobre o desemprego nas regiões metropolitanas brasileiras, dados que os homens do Governo, inclusive, duvidam pois refletem apenas uma parte da realidade brasileira.

Em 12 meses, em seis regiões metropolitanas, 881 mil desempregados; isto significa nada mais nada menos, que de julho de 1980 até julho de 1981, foi de 23% o nível de desemprego dos centros vitais do País, de toda a massa trabalhadora.

Número que seguramente será aumentado e chegará a mais de um milhão, se a região metropolitana da grande Curitiba entrar no levantamento, segundo dados fornecidos pelo próprio Governo. Mas o desemprego do trabalhador brasileiro tem como causa fundamental a ausência de legislação que lhe dê segurança no emprego. Inclusive ainda sobre isso, na carta encíclica "laborem exercens", do Papa João Paulo II, diz: a obrigação de pagar benefícios em causa de desemprego, resulta do princípio de ordem moral", Sr. Presidente, cujo princípio é totalmente negado pelo modelo econômico imposto pelo Governo desta gloriosa revolução de 1964.

A política monetarista que tenta controlar a inflação através de recessão, tende a acelerar a inflação nos setores concentrados de toda a nossa economia, como exemplo de que estamos em pleno processo de recessão, cito as refinarias de petróleo de Cubatão e São José dos Campos, as quais terão suas unidades de craqueamento paralisadas de um mês a 45 dias reduzindo em 85 mil barris/dia de refino por falta de consumo e lugar para estocagem, ou melhor, estocagem o que demonstra seguramente de que estamos numa recessão com reflexo no desemprego, o que sufoca o trabalhador brasileiro.

E, essa ausência Sr. Presidente, de garantia no emprego deve-se em outra causa, à lei do fundo de garantia por tempo

de serviço que estimulou a dispensa dos empregados e criou a rotatividade no trabalho. Essa lei draconiana, revogou o princípio de estabilidade parcelando e reduzindo ônus da indenização permitindo outrossim, que a classe trabalhadora arcasse com os efeitos da crise econômica como que agora ocorre em nosso País.

E aqui Sr. Presidente, teríamos que parar para uma breve análise, também quanto a aplicação do dinheiro do trabalhador arrecadado pelo FGTS. Esse administrado pelo BNH e aplicado na construção de casas populares de infraestrutura através dos chamados projetos CURAS para as cidades brasileiras. Que ao invés de beneficiar os trabalhadores tem com seus juros e correção monetária trazido consequências funestas aos quais ao aplicar seus recursos indenizatórios na aquisição de sua casa própria, ficam sendo os eternos correntistas de um sistema cruel que ao amortizar a dívida de sua residência se assim pudesse ser chamada.

Pois é sabido que em quase todos os conjuntos habitacionais populares, construídos com esses recursos não existem as condições mínimas exigidas para lá se morar nas questões de higiene e segurança.

E não se pode também esquecer Sr. Presidente, o desvirtuamento desses programas onde recursos imensos são carreados para financiar mansões da grande classe média e da burguesia nacional.

Criou-se com a referida legislação do fundo de garantia, malefícios somente sentidos pela classe trabalhadora, a qual hoje vive de insegurança e de total desespero, pois ficou institucionalizado até o desemprego. Urge, portanto, que levantemos em todos os recantos deste País a viabilidade de se implantar o seguro desemprego que permita ao trabalhador suportar e sobreviver a recessão.

Não se deve também, perder de mira a volta e estabilidade para os trabalhadores brasileiros, pois aí estaremos tendo visão social e não simplesmente o problema econômico tão próprio desse regime capitalista que hoje está implantado na Nação brasileira.

Cabe aqui a pergunta Sr. Presidente: se há de fato um acompanhamento desta questão pelos Srs. Deputados, não espero resposta no entretanto, porque ao mais insensível dos brasileiros toca hoje este grande problema que arrasa o País, agravado por uma inflação galopante, por uma carestia de vida, que restringe as condições de sobrevivência, a níveis insuportáveis às famílias de trabalhadores assalariados, operários da classe média de todo o Brasil.

As contradições que esta política econômica em vigor, impõe num claro fim de linha, a cada dia salta mais aos olhos.

Hoje, compreende-se bem as razões do Governo, ao manipular idéias e até regras eleitorais para obter resultados favoráveis, principalmente em regiões cujo atraso cultural assegura o voto reacionário.

Como, então, Sr. Presidente e Srs. Deputados, explicar ao povo das grandes cidades, das concentrações industriais, onde o debate político cresce, ao pequeno produtor que está assumindo posições de avanço democrático, aos profissionais liberais, aos funcionários públicos, que os aluguéis subirão quase ou mais de 90% no próximo mês de outubro, a conta de luz, de telefone e de alimentação, têm que sofrer aumentos superiores aos ganhos salariais; como convencer, sob a justeza da política econômica aqueles que deixaram de consumir 30% a menos de massas alimentares, 25% a menos de pão, 20% menos de leite, isto num período de seis meses. E a carne, cujo consumo em 79 era de 22 quilos, baixou para 16 quilos "per capita", por ano, devido aos aumentos insuportáveis.

Nos supermercados da grande Curitiba, foi de 5 a 10% a queda nas vendas, uma queda que persiste e tende a se agravar, com a carestia e o descompasso de preços e índices de aumentos salariais.

E o pior, o desemprego sem um mecanismo de garantia e subsistência para a população, e ao invés de se falar em seguro ao desempregado, falou-se em aumentar os descontos previdenciários dos assalariados e empregadores, fato este que só não ocorreu devido às pressões sociais havidas.

Então, alguma medida que exija das grandes empresas de capital intensivo, das multinacionais que manipulam a política de empregos e salários uma sangria nos seus lucros, nenhuma medida de pressão sobre os banqueiros que nada fazem no mercado financeiro, que realiza negócios paralelos, a juros de até 220%; e sobre os grandes bancos, Sr. Presidente, é aqui importante deixar registrado de que na Bolsa de Valores de São Paulo, três bancos, nos últimos oito meses, nos índices de janeiro a agosto, tiveram lucros assombrosos, Sr. Presidente, só para que fique registrado nos Anais desta Casa, para ver a política econômica colocada em prática que tão somente beneficia o grande capital brasileiro. O sistema financeiro desta Nação, de que SUDAMERIS teve lucros de 411% no período de janeiro a agosto; o REAL de Investimentos, 283% e o Banco Francês e Brasileiro, lucro de 283%, Sr. Presidente. É este o modelo que está implantado na Nação brasileira.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Acho que Vossa Excelência está certo, está discorrendo sobre um assunto que toda a Nação praticamente tá apontando. Vossa Excelência está criticando.

Governo, como de resto, toda a Nação tá está, apenas a colocação que Vossa Excelência fez que gostaria de discordar e não culpabilizar, ou inculpar o Governo, com relação aos lucros astronômicos do setor bancário.

Realmente, os banqueiros deste País, estão tirando de letra, ganhando fortunas espetaculares. Isso tudo em decorrência do próprio plano de combate à inflação, isso em decorrência dos altos juros do dinheiro captado no mercado interno, é decorrência da política inflacionária do Estado Unidos e da Inglaterra que são, hoje, quem controla o dinheiro internacional.

Então, o lucro dos banqueiros não é culpa do Governo. E veja Vossa Excelência que os grandes banqueiros que militam, hoje, na política, são contra o Governo, militando, inclusive em partidos da Oposição. Como é o caso de Magalhães Pinto, Olavo Setubal, Paulo Egídio Martins. Então, todos os grandes banqueiros, hoje, estão contra o Governo.

Veja Vossa Excelência que, neste particular, não se pode culpar o Governo pelos lucros exagerados do setor bancário.

Se Vossa Excelência fizer uma análise fria, sem o espírito oposicionista, enxergar as coisas como devem, sob uma ótica que deve ser observada, Vossa Excelência vai verificar que o Governo também está tolhido e não tem condições de reduzir o custo do dinheiro, em virtude do seu alto custo no mercado internacional.

Era este o aparte que queria dar a Vossa Excelência para ficar consignado, frisando, que, hoje, os grandes banqueiros nacionais militam nos partidos de oposição, e trabalham contra o Governo.

O SR. DARCY DEITOS — Vossa Excelência, com justeza, até, passa a defender o Governo.

O Sr. Erondy Silvério — Não estou defendendo o Governo, estou discordando dessa colocação unicamente.

O SR. DARCY DEITOS — Sabe Vossa Excelência que este Governo tem instrumentos, na mão, como nunca alguém teve, para colocar uma outra política econômica.

O modelo econômico vigente é dirigido unicamente para o fechamento da balança de pagamentos, quer dizer, em detrimento do bem-estar do povo brasileiro.

O Sr. Erondy Silvério — Qual seria a medida que o Governo teria que adotar para estabelecer o equilíbrio do balanço de pagamentos?

O SR. DARCY DEITOS — Em primeiro lugar, teríamos que renegociar a dívida externa.

Essa conversa que veio outro dia o Sr. Presidente do Banco Central dos Estados Unidos, dizendo que o Brasil não podia pagar a dívida, porque abalaria seu crédito externo. Absolutamente. Porque todo o modelo que aí está é para fechamento de pagamento. E chega às raízes do absurdo que, no Banco Central, está havendo um prejuízo mensal de 50 bilhões de cruzeiros ou de dólares que estão lá estocados e que o mercado interno, o grande empresariado nacional não quer ir buscar pela alta taxa de juros de vinte por cento e mais correção cambial que é muito maior que os juros que se está cobrando, no mercado nacional.

Então, veja Vossa Excelência que a política econômica, a política financeira tem que ser redimensionada. Porque o Governo não pode se submeter aos interesses dos Estados Unidos, que não tem condições de dizer que não temos condições de renegociar a dívida. Na Vossa Excelência que até a própria Polônia teve um empréstimo de cinco anos na sua dívida, e não vi que abalou, em nenhum momento, o seu crédito, muito pelo contrário, passa-se a abrir válvulas para que ela passe a pegar mais dinheiro no mercado internacional, para suprir as suas deficiências.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite mais um aparte? (Assentimento)

Então, Vossa Excelência, apenas, Vossa Excelência sabe que o crédito da Polônia, Vossa Excelência está sendo usado para não tem mais crédito para contrair empréstimos em moeda internacional, sequer para dez centavos. Vossa Excelência sabe disso. A renegociação da dívida principalmente no caso brasileiro, também estou com Vossa Excelência, não há porquê não fazer, porque, nós temos "cassif" para renegociar a nossa dívida. Nós temos produção, o que não acontece com a Polônia. Vossa Excelência sabe que a Polônia não tem produção. Então, o povo está passando fome, Vossa Excelência sabe que o paralelo entre o Brasil e a Polônia.

O SR. DARCY DEITOS — Diz o povo passa fome, eminente Deputado Erondy Silvério, é claro, todos sabem e Vossa Excelência, homem inteligente que é, sabe, de que é mais uma propaganda capitalista em cima daquele País.

O Sr. Erondy Silvério — Não é propaganda, Deputado, eu tenho amigos que vieram da Polônia há apenas uma semana, que me contaram a situação interna da Polônia; a não ser que eles estejam mentindo! E não são políticos não, são comerciantes. A não ser que eles estejam mentindo, que a verdade esteja só do lado de Vossa Excelência. A não ser que esteja acontecendo isso.

O SR. DARCY DEITOS — Existe muita propaganda.

Se nós nos voltarmos à nossa política econômica, Vossa Excelência haverá de concordar comigo de que, não nos resta outro caminho a não ser, renegociarmos a dívida e colocarmos em prática, aqui, um modelo econômico voltado para o consumidor interno, e, não, para o fechamento só da balança de pagamento...

O Sr. Erondy Silvério — Já disse que concordo com Vossa Excelência, só discordo quando Vossa Excelência diz que os banqueiros estão satisfeitos. Não. Tanto não estão satisfeitos, que, estão contra o Governo.

O SR. DARCY DEITOS — Mas estão, eminente Deputado, estão!

O Sr. Erondy Silvério — Quanto a essa colocação que eu discordo.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um apar-

te? (Assentimento).

Agradeço.

Parece que o pronunciamento de Vossa Excelência diz da questão de desemprego, parece que o fator principal da ida de Vossa Excelência à tribuna se refere a isso. Mas, como este mecanismo de balanço de pagamento tem uma importância capital nas diretrizes não só de natureza institucional, política, econômica e sobretudo social, nós temos que fazer uma breve análise.

Primeiro: o pagamento de dívida externa, remanejamento de dívida, reprogramação e esses adjetivos todos que usam, para mim só têm uma única solução, Deputado, é declarar que não devemos nada para esses espoliadores internacionais. Isso já aconteceu com os Estados Unidos e já aconteceu com outros países, e, por que o Brasil se dando ao luxo de pagar aquilo que não deve? Porque já levaram muito mais do que trouxeram para cá! O que nós temos é Governo incompetente! É um Governo comprometido com o capitalismo internacional. É isso que nós temos de mudar, mudar o Governo, nós temos de mudar o regime, sem a mudança do regime, nada se faz. E veja Vossa Excelência, são nove bilhões de dólares de importação de petróleo. Os encargos da dívida externa, hoje, circundam a cifra astronômica de 16 bilhões de dólares e, quando nós chegávamos a uma dívida de 16 bilhões de dólares, Mário Henrique Simonsen vinha publicamente à televisão e aos jornais, declarar que o País ainda tinha uma faixa de mais dois bilhões de dólares para usar. Depois disso, era caos! E o que nós estamos vendo? O Brasil entrando na recessão econômica desaquecendo a sua economia, criando problemas profundos na sociedade, desemprego em massa, e através do quê? Através do obscurantismo institucional principalmente, Deputado. Este é o grande problema nacional! Agora, dizer que os banqueiros estão chorando, estão gritando, berrando, na verdade o que está ocorrendo é o seguinte: estão aí com lucro de mais de 800% ao ano, nas costas do trabalhador. E a Previdência, aí com esses resultados! Então, eu quero fazer apenas uma análise: além do bloqueio de pagamento das dívidas não devidas, ainda há aí os maus conduzimentos de política energética, as Itaipu(s), as Tucuruí(s), as Carajás, as Ferrovia(s) do Aço e assim por diante... e depois disto, ainda mais os rombos nas negociações de café e principalmente de soja, que o Brasil perdeu por falta de competência do Governo. Acabou perdendo quase um bilhão de dólares, por diferença de câmbio no mercado internacional. Não somos nós que estamos dizendo, são conferencistas da Escola Superior de Guerra.

Deputado, o desemprego é fruto da incompetência não só do Regime, mas dos que estão mandando. O bom era que desse enfarte não no Presidente que, parece, está de boa intenção, mas no Regime e ele fosse sepultado o quanto antes.

Muito obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — Concordo plenamente com as colocações de Vossa Excelência, Deputado Tolentino e incorporo no meu pronunciamento. Mas me reportando ainda ao que disse anteriormente o Deputado Erondy Silvério, vou abordar um tópico que mostro claramente que este Governo tudo pode. Quando ele quer fazer alguma coisa, ninguém neste País teve instrumento na mão, teve mais poder, do que este Governo que está implantando. Inclusive o próprio Governo tem reconhecido que neste País quem paga mais imposto de renda são os pequenos. Isto vem provar que o povo está pagando pela atual crise em que se vê mergulhado o nosso País, em todos os aspectos e com todos os ônus que o mesmo produz.

Tendo este fato sido reconhecido pelo próprio Ministro Ernane Galveas, afirma que a atual situação tem preocupado o seu Ministério. E eu pergunto: que diremos nós da preocupação da grande classe trabalhadora?

Todos tomaram conhecimento de que dias atrás o Gover-

no disse que queria era beneficiar a classe trabalhadora e que o imposto de renda, cuja tabela é reajustada anualmente no mês de janeiro, ele antecipou um reajustamento de 90% sobre a tabela do desconto na fonte sobre o trabalho assalariado, sobre os que não têm vínculo empregatício, colocando em prática a partir de 1.º de outubro.

Quis o Governo com isto dar uma imagem ao povo e aos trabalhadores de que estaria beneficiando o trabalhador o que nada mais era e nada mais é do que um engodo por parte do Governo. Porque o Governo deixará de arrecadar o imposto de renda na fonte, de 1.º de outubro a 1.º de dezembro, com esta nova tabela em prática, 70 bilhões de cruzeiros. Mas se ficasse em prática a mesma tabela até dezembro, o Governo iria devolver ao trabalhador com reajuste, com a correção de 90% que ele já pré-fixou sobre o imposto de renda retido na fonte neste ano de 81, perto de 300 bilhões de cruzeiros. E isto iria beneficiar ao trabalhador mas vai deixar de devolver o ano que vem para os trabalhadores, perto de 150 bilhões de cruzeiros.

Porque vejam: o Governo daria um reajustamento de 90% inclusive sobre o imposto de renda na fonte, descontado em outubro, novembro e dezembro de 81, que vai devolver em julho do ano que vem, mas ele aumentando a tabela não vai reter. Consequentemente não vai arrecadar 70, mas vai deixar de devolver perto de 150 bilhões de cruzeiros. Vejam, que é um Governo golpista que tudo pode. Colocou em prática esta tabela como um truque para confundir o trabalhador brasileiro. Quando me refiro de que é um Governo plenipotenciário, estou dizendo a verdade, porque os trabalhadores vivem de golpe em golpe encetados por este Governo nos últimos 17 anos.

Mas prossigo, Sr. Presidente, dizendo que temos aqui ficado a gritar aos ventos. A assistir a um festival de besteiras que assola esta Nação. Ao ver o povo revoltar-se nas ruas. E temos assistido que aos trabalhadores desesperados, não têm outra saída senão irem à praça pública e às ruas para lavrarem o seu protesto veemente. E a grita torna-se generalizada. Aqueles que estão ainda empregados, ensaiam a greve, único e legítimo direito de pressão da classe trabalhadora. E quando o fazem conseguem ainda obter alguma vitória. Mas os resultados são comidos pelo próprio custo de vida. Este hoje que tem subido numa ascendente que ninguém mais consegue alcançar. A prática do cartelismo tem resolvido os problemas da superprodução das grandes empresas. As emissões esvaziam temporariamente as empresas sob a pressão da queda da taxa de lucro. A política econômica de manter dependentes de sua dívida interna e externa, avalizada pelos acordos feitos em passado recente e que não podem ser, por este mesmo Governo, quebrados. Assim pensam eles, os homens do Governo, e seus tecnocratas. Nós da Oposição nos preparamos para enfrentar este desafio de outra forma, como quem está armazenando há quase duas décadas, as soluções, as propostas, as mudanças, que não puderam ser dadas, ditas ou efetuadas. E partimos para esta luta cujo início não vai demorar, pois o edifício de erros está com as bases corroídas, faltaram bons alicerces, aqueles extraídos da vontade popular, para assegurá-los.

E aqui, Sr. Presidente, gostaria de transcrever nos Anais desta Casa, a fala do nosso eminente Presidente Nacional do PMDB, o Deputado Ulisses Guimarães, que há dias atrás ao remeter a sua mensagem para o primeiro conclave que se realizou em Santos. Ele disse o seguinte: — “Que consideramos que é possível definir uma política para tirar o País de crise. Uma política que seja capaz de reverter às expectativas de inflação; que passe pela renegociação da dívida externa; que promova profundas reformas no sistema tributário e no sistema financeiro; que racionalize os gastos públicos, suprimindo o desperdício e reforçando o atendimento das necessidades sociais; mas tudo isto exige democracia como condição necessária. Eleições livres e diretas, sem quaisquer casuísmos; liberdades para

os trabalhadores se organizarem nos seus sindicatos e associações profissionais, no campo e na cidade. Sem tutela do Estado e sem pelegos, exercerem na sua plenitude, os direitos da manifestação, protestos e greves. Participação do povo nas decisões que lhe afetam — comércios nos bairros, no controle dos serviços sociais que lhe pertencem — NAMPS, FCTTS, PIS e PASEP. A Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana, para permitir à Nação, redefinir a estrutura política social da sociedade. Não seriam as liberdades, a Democracia — participação e os choques de interesse que ameaçariam o desenvolvimento econômico. Ao contrário, criariam as condições necessárias para implementar uma política alternativa na medida em que daria a força da legitimidade democrática ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre orador que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) Sr. Presidente, o Deputado Darcy Deitos poderá usar da tribuna por mais cinco minutos, do Horário da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere a palavra com a palavra o Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Legitimidade, que é o requisito fundamental, para que se possa implementar as medidas econômicas, definidas a partir das manifestações da sociedade e do debate amplo, livre e democrático.

O desemprego, o custo de vida, a desagregação da pequena e média empresa. A calamitosa imprevidência da previdência, eis alguns testemunhos de um Governo incompetente politicamente. Porque arbitrário economicamente. Porque elitista, socialmente porque sacrifica a maioria da população brasileira.”

Então era isso, Sr. Presidente, que precisava ficar registrado nos Anais desta Casa. E que quando se reclama, quando se diz aos quatro ventos de que o PMDB tão somente critica; o PMDB não mostra coisas concretas, como mostrar coisas concretas, se há 17 anos, o povo não pode escolher livremente, quem vai gerir, quem vai administrar os recursos que são carreados, através dos impostos. Porque os Governadores hoje, os Presidentes da República, Sr. Presidente, são tirados do bolso do colete e que são subservientes ao modelo político-econômico e social, implantado a partir de 64.

Assumimos o compromisso de pelo menos descomprimir as válvulas; de dar espaço às liberdades essenciais de fazer impor os direitos de uma imensa maioria, explorada por tanto tempo; mas que em breve, terá espaço e não distante é o dia em que fará as suas próprias leis e determinará o seu próprio destino.

Então, Sr. Presidente, o PMDB, nesta rápida análise que eu também aproveitaria para agradecer a liderança do meu partido, no espaço de tempo de cinco minutos que me concedeu, para ficar aqui a nossa posição de que o PMDB tem propostas concretas, como tem propostas concretas para devolver o Paraná aos paranaenses; a este sofrido Estado, que tem sofrido a partir de 65, após a última eleição livre, direta e democrática, para escolha de governadores; que tem resposta concretas, e que a partir da eleição de 82 temos certeza, dará resposta ao povo do Paraná de seus reclamos, desfaldando no Palácio Iguaçu, a bandeira do PMDB.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do restante do horário que lhe é reservado.

Com a palavra o Sr. Deputado Nelton Friedrich.

Antes porém, esta Mesa tem a satisfação de anunciar a presença neste plenário do Deputado Federal, Walber Guimarães.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, antes de enfocarmos o assunto especial devemos registrar aqui, que na edição de ontem, de um dos jornais de maior circulação do Es-

tado, o Deputado Airton Cordeiro responsabiliza a Oposição, pela demora na tramitação de emenda de sua autoria que adapta a Constituição Estadual à Federal, no que trata do tempo de aposentadoria ao Magistério.

Entendemos que a intenção é na verdade maliciosa. Porque nós temos além da emenda do Deputado Fidelcino Tolentino ainda mais complementar, porque ainda mais abrangente, mas uma emenda que procura atingir diretamente a Lei Complementar número 7, que trata do magistério público, alterando o tempo de serviço para aposentadoria e valendo-se do que dispõe a Constituição Federal no seu artigo 200, que determina a automática incorporação das suas disposições ao Direito Constitucional, legislado nos Estados.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o esclarecimento que há que se fazer, para evitar posições maliciosas, com objetivos que não queremos aqui destacar, e que bem já tratou desse assunto, o ilustre Deputado e Vice-Líder, Lineu Turra, onde de sua autoria e até pedindo regime de urgência, solicita aquilo que está claro. Faz a emenda, diretamente, à Lei Complementar, exatamente em atenção ao que diz a própria Constituição Federal: Era o registro inicial que precisávamos fazer, para bem clarear a posição de nossa Bancada e do PMDB nesta Casa.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Governo do Paraná que tem se caracterizado pela sua omissão diante dos movimentos sociais, prova mais uma vez que não tem pique sequer para uma negociação limpa.

Revestindo-se de uma capa autoritária, própria daqueles que não querem participar do jogo democrático, os homens de confiança do nosso Governador Ney Braga, partem para o contra-ataque, munidos de armas que tentam enfraquecer as lutas e as organizações de massa.

Uma prova deste comportamento, que aliás pode ser comparado à omissão aos olhos fechados do Paraná, como por exemplo, quando foram enviadas tropas a Itaipu e o Exército ao Oeste, são as ameaças feitas ao professorado em greve.

Afirmar que tentam desmobilizar o movimento paredista — acusam o magistério de estar cavando a própria cova.

Se sabe agora, que os milhares de professores do Paraná estão a ir até o fim para conseguir o mínimo necessário a sua dignidade para dar condições indispensáveis à educação. E qual é a reação do Governo, Senhores? É a ameaça, é o tom de quem está desarmado moralmente e tem como único recurso, o uso da tática suja de quem nesse regime detém o poder nas mãos na base da força.

Vem à televisão e aos jornais, um dos responsáveis pela situação dos professores do Paraná. E ao invés de trazer a resposta que espera o professorado para as suas mais do que justas reivindicações, tira do bolso do colete uma ameaça. Diz ele, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que o abono do funcionalismo público pode ser transformado em simples aumento salarial caso a greve não seja levantada.

Ao tomar essa atitude deplorável, o Secretário da Educação usa de uma série de argumentos e joga sobre o professorado uma responsabilidade que não possui.

Primeiro lança sobre os ombros do movimento grevista a responsabilidade pelo futuro da educação do Paraná divulgando pelos jornais notas desvirtuadas e mal intencionadas dirigidas para os pais dos alunos. Logo em seguida tenta voltar todo o funcionalismo público contra o movimento paredista que visa antes de tudo garantir uma qualidade de educação apenas menos ruim ao Paraná, já que as condições ideais com certeza serão conquistadas sobre este regime.

Diz mais, Sr. Presidente, na sua argumentação diz que os professores estão sendo injustos e exigem do Governo aquilo que ele não pode dar.

Ora, Sr. Presidente, esse vazio arrazoado é ao menos interessante, quando sabemos que as verbas destinadas à educação

são ridículas diante dos gastos muitas vezes inúteis do Governo com programas mortos antes de serem colocados em prática. Com projetos de caráter meramente eleitoreiros e com aplicação de nossos recursos em obras com as quais a população jamais foi consultada.

Se esquece o próprio titular da Secretaria de Educação a encorajar-se numa ameaça tão sórdida que todo movimento pela educação passa a ser justo no momento em que quer melhor condição para o instrumento que é o professor e no momento em que deseja melhor qualidade ao ensino.

Injusto é verificar que nos últimos anos caíram de 12% para 4% as verbas do orçamento da União para a educação.

Injusto é vermos o Ministro da Educação baixar a cabeça depois de bater com o nariz nas portas da própria Secretaria de Planejamento mendigando dinheiro que a muito deveria estar depositado na construção da ciência e da educação nacionais.

E mais do que injusto é inaceitável o jogo a que se propõe o Governo hoje ao ver-se acuado diante da prova do fortalecimento que o magistério propõe diante de tais embates. E os professores do Paraná estão buscando, nas experiências acumuladas por eles mesmos nas batalhas anteriores, o fôlego para continuar nesta luta.

Sábado fizeram uma demonstração de sua unidade, quando aproximadamente dois mil professores foram às ruas clamando por justiça.

O que se nota Sr. Presidente e Srs. Deputados, é que quando não corre na luta, este Governo ilegítimo recorre para as regras condenáveis.

Ameaça tirar a transformação do abono em aumento, alegando falta de recursos para outros investimentos com pessoal, como se fosse de seu livre arbítrio tirar ou por direitos já conquistados.

O Governo assim agindo desconhece a força desse segmento organizado. O magistério paranaense tem o apoio da sociedade que só se beneficiará com toda e qualquer conquista.

Ao assumir agora a postura de algoz ameaçando, o Governo está se esquecendo que os professores não exigem apenas aumentos salariais, com objetivo de melhoria das condições pessoais de vida. A partir para esta luta justa, é a educação que ganhará, é o movimento popular trabalhista de massa que lucrará aprendendo a organizar-se.

Mas, a cada momento que passa, mais o Governo se identifica com o patronato brasileiro que usa do arrocho, do desemprego e também das ameaças para não deixar cair suas taxas de lucros.

E agora mais do que nunca, aqueles que permitiram empreguismo e o esfolamento dos assalariados do Brasil, estão identificados. O Governo assume a postura do Patrão, mas do Patrão algoz, e quer lançar na lama a justa luta do magistério.

Poderíamos até aqui dizer, Sr. Presidente, sem outra interpretação, de que dá a impressão o Governo Ney Braga, de ingenuidade, a partir deste jogo que propõe. Estão se esquecendo os Governantes, de regras simples: à medida em que o segmento maior foi atingido, mais acirrado estará a contradição entre os explorados, todo o funcionalismo, e o explorador, vestido de Governo ou de mau patrão.

Não se pode aceitar, entretanto, em hipótese alguma, o jogo marcado pela ameaça.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, guardem esta regra para outra etapa da luta, homens do Governo; a luta do magistério é justa, e tem a sociedade a seu lado, e sabemos e entendemos que o Governo, neste instante, está blefando, condicionando ao fim do movimento paredista, a concessão do abono ou a transformação do abono em aumento.

Sr. Presidente, isto é blefe, e um blefe absolutamente inconveniente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa Consultiva da Liderança do Partido Popular, se deseja fazer uso de seu horário (Declina).
Consulta à Liderança do PTB. — (Declina).

Consulta à Liderança do PDS. Falará o nobre Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O Deputado que me antecedeu na tribuna, ao iniciar o seu pronunciamento, com base numa notícia publicada ontem, no jornal "O Estado do Paraná", presta um esclarecimento a esta Casa, que, na realidade, pouco esclarece.

Realmente, nós estamos reclamando a indicação dos Srs. Deputados da Oposição, para a composição da Comissão Especial que deve exarar o seu parecer sobre a emenda constitucional de autoria deste Deputado, como também sobre as emendas constitucionais, de autoria dos Deputados Fidelcino Tolentino e Gabriel Sampaio; e o Departamento Legislativo desta Casa está a nos informar de que, até o momento, tão somente a Liderança do PDS fez a indicação dos Parlamentares, para esta Comissão Especial.

E, como as matérias tratadas nas três emendas constitucionais são importantes, nós nos preocupamos, efetivamente, para que a Casa, como um todo, não seja acusada de omissão, e porque são iniciativas bi-parlamentares que integram o Plenário desta Assembléia.

Então, quando nós fazemos uso das nossas prerrogativas, nós mesmos postergamos os nossos interesses? Será que é um comportamento adequado, correto da Oposição?

A meu ver, não.

Por isso, entendo que o Deputado Nelton Friedrich não esclareceu absolutamente nada na sua intervenção inicial, do seu pronunciamento, feito há pouco da tribuna desta Casa.

E não há malícia alguma na colocação que nós fizemos. Absolutamente. Nós dissemos uma realidade. E a realidade é constatada, claramente, pela pesquisa mais elementar que se faça junto ao Departamento Legislativo da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Então não há, Sr. Presidente, malícia alguma. Estamos realmente, advogando o nosso direito de legislar. E como não queremos que essas emendas sejam arquivadas e sem apreciação, estamos reclamando a indicação dos Deputados da Oposição.

É o que pedimos simplesmente.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para, nesta oportunidade, contraditar o nobre Líder do PMDB, quando afirma, demagogicamente, que o Governador Ney Braga está se transformando em "algoz do professorado paranaense". Melhor seria que o ilustre Deputado viesse à tribuna e contestasse todas as medidas governamentais adotadas por Ney Braga e que beneficiaram o professorado paranaense, uma a uma. Que tivesse a hombridade de ler todas as medidas do Governo que beneficiaram realmente o professor e as contestasse publicamente.

Que algoz é este que pega seis mil e quinhentos suplementaristas que a cada fim de ano não tinham certeza que poderiam ganhar o pão de cada dia, no ano seguinte e os efetivou no cargo?

Esse é o algoz do professor?

Que algoz é este que beneficia um terço de todo o professorado paranaense, que nomeia um terço de todo o professorado existente, que promove todos os professores? Que dá condições melhores de vida a todo o professorado paranaense?

Outra contestação que quero fazer; Sr. Deputado Airtton Cordeiro, é quando diz o nobre Líder do PMDB que o professor tem recebido apoio da comunidade paranaense.

Efetivamente, o professor vinha recebendo o apoio

de todos os segmentos da sociedade paranaense, quando as suas reivindicações eram justas.

Hoje, pelo menos, duas reivindicações principais dos professores não podem ser atendidas pelo Governo. E os professores sabem disso, têm conhecimento que o Governo não pode estender o benefício do 13.º salário ao professor, porque teria que fazê-lo a todos os demais funcionários. Não que isso não seja justo, não que não haja justiça nessa reivindicação. É apenas a inoportunidade. Porque, no instante em que o Governo conceder ao professor que trabalha 9 meses por ano e recebe 12, mais um mês de salário, o 13.º, o terá que fazer, por justiça, a todo o funcionalismo. Mas há uma legislação federal regulando o assunto. Não existe uma legislação estadual que permita ao Governador fazer isso. As condições do Tesouro também não o permitem. Bem como os reajustes semestrais. São duas reivindicações que o professor sabe não poderem ser atendidas pelo Governo do Estado.

Então, a partir desse momento, tenho falado com o povo, com pais de alunos, alguns até verberando a radicalização do professor nesse sentido. Porque, não podemos esquecer que estamos em final de ano letivo e que essas paralizações vêm em prejuízo somente do aluno. Depois, nos exames vestibulares, vamos ver o resultado desse mau ensino de 1.º e 2.º graus, há 3 anos seguidos, o professor vem, a cada final de ano letivo, promovendo movimentos paredistas. Não o verdadeiro professor, mas uma meia dúzia de professores agitadores que estão conduzindo o professor por esse caminho.

Então, vê Vossa Excelência que é uma coincidência, em 79, 80 e 81, ao final do ano letivo, há um movimento grevista, há um movimento paredista, em prejuízo exclusivo dos alunos de 1.º e 2.º graus. E isso já tem ocasionado uma certa revolta entre os pais de alunos que são obrigados, às vezes, até a sacrificar as férias porque, se decretado o recesso escolar, as férias que são usuais a partir do início de dezembro, já não mais existirão.

Então, nesta oportunidade, quero dizer, quero afirmar, que escuto bem os dois lados. E o outro lado, que é o dos pais de alunos já está com uma certa má vontade para com o professorado, em virtude desses movimentos que são feitos por reivindicações sabidas que o Governo não tem condições de atender.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Gostaria de aduzir, ao que afirma Vossa Excelência, mais o seguinte: o Deputado Líder do PMDB na Casa, acusa o Governo de omissão, na questão dos professores.

Na semana passada, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aqui esteve nesta Casa, o Secretário da Educação, responsável, no âmbito do Governo do Estado, pelo setor específico. Veio aqui, conversou exaustivamente com Parlamentares de todos os Partidos que se apresentaram à Sala das Comissões. Isto é omissão, Sr. Presidente? O mesmo Secretário volta a esta Casa, às 9:00 horas da manhã, volta, atendendo um convite da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Isto é omissão? O mesmo Secretário foi, recentemente, pela sua própria vontade, sem convite algum, à noite, numa reunião da Associação dos Professores do Paraná, conversar com os mestres. Isto é omissão? O mesmo Governo, Sr. Presidente, tem feito todas as gestões possíveis para negociar com os professores - talvez eu até diga com mais propriedade, as lideranças das entidades que representam os professores. Nas negociações, pressupõe renúncia de um dos dois lados, ou de ambos os lados, negociação não é imposição. Então, nós estamos plenamente de acordo com o Deputado Erondy Silvério. Há algumas reivindicações que, se concedidas só à classe do Magistério, acabarão por configurar realmente um pecado, um erro do Governo, porque o 13.º salário e porque o reajuste semestral são providências extremamente abrangentes e que devem alcançar aos 100.000 servidores do Paraná. E vou mais além: o Paraná dá um passo à frente!

Posso dizer com toda tranquilidade que, praticamente todos os dias leio os principais jornais deste País e, não tenho conhecimento de outro Estado que já tenha manifestado a sua preocupação com o problema salarial dos seus servidores públicos, e o Paraná está com o abono aqui nesta Casa, tramitando, já, uma Mensagem do Governador, e está estudando a possibilidade da transformação do abono, em aumento.

Então, um Governo como este pode ser tachado de omissão!

O que nós não podemos permitir, Sr. Presidente, é que eternamente, e isso nós dissemos com toda tranquilidade quando o Secretário da Educação esteve nesta Casa quando nós no reuníamos, as lideranças de classe cercavam os Srs. Deputados do PMDB, nós dizíamos com toda tranquilidade no plenário, estão aí os Anais para registrar e para apontar:

— Não há porquê as lideranças do Magistério pretenderem discriminar o PDS, porque, essas lideranças, acabaram por transformar a Oposição, na sua bandeira ou no porta-estandarte da sua bandeira. Mas isso, por motivos óbvios. Nessas lideranças estão incluídas muitas pessoas filiadas à Oposição e delas já dissemos isto no ano passado - não esperamos rosas, não esperamos flores, nós só podemos realmente esperar, a reação que nós estamos enfrentando a cada dia que passa. Mas nem por isto nós somos obrigados a nos omitir nesta hora em que o Governo é atacado injustamente, especialmente um Governo que tem dado o maior de seus carinhos aos servidores públicos e, particularmente aos professores.

Portanto, nós temos que refutar integralmente as afirmações do Deputado Nelson Friedrich, do princípio, ao final do seu pronunciamento.

O SR. LINEU TURRA — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Airton Cordeiro, nós inicialmente queríamos nos referir à reclamação de Vossa Excelência quanto a colocação do Deputado Nelson Friedrich, sobre a emenda constitucional de sua autoria ...

O SR. AIRTON CORDEIRO — E há mais duas, Deputado.

O SR. LINEU TURRA — Há uma emenda também do Deputado Fidelcino Tolentino que foi apresentada ...

O SR. AIRTON CORDEIRO — São três emendas para serem apreciadas pela Comissão Especial: do Deputado Gabriel Sampaio, do Deputado Fidelcino Tolentino e a nossa, e nenhuma delas foi analisada até agora, por falta de Deputados da Oposição.

O SR. LINEU TURRA — Exatamente. Mas acontece, permita-me, Deputado, acontece que eu, de minha parte, já disse, não vou mais apresentar emenda constitucional aqui, porque quando as emendas que eu apresentei, também faltou a indicação de Membros do PDS e, se Vossa Excelência me permitir, numa oportunidade outra eu trarei a esta Casa.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Lamento que Vossa Excelência não tenha reclamado.

O SR. LINEU TURRA — Reclamei, mas reclamei também, cordialmente, pessoalmente. Vossa Excelência deveria ter tido também a mesma gentileza; muitas vezes nesta tramitação aqui na Casa, pode ocorrer de, o Líder do PDS não indicar. Aí nós chegamos e dizemos: Líder, olha, está faltando a indicação de seus Membros. Isto tem acontecido freqüentemente. Esta é uma relação que deve existir de Parlamentar para Parlamentar. Agora, de minha parte, não vejo nenhuma objetividade nessas emendas constitucionais. Porque ...

O SR. AIRTON CORDEIRO — é a opinião de V. Ex.ª.

O Sr. Lineu Turra — Porque a emenda correta e não procrastinar a matéria, que depois teríamos que chegar a Lei Complementar, então pode-se fazer diretamente, como há uma proposta de minha autoria, diretamente à Lei Complementar. Porque a Constituição Federal diz que dispensa a emenda, a adaptação à Constituição Federal das disposições da Constituição Federal à Estadual, porque ela se incorpora automaticamente às disposições da Constituição Federal, por força da própria Constituição, se incorporam automaticamente ao Direito Constitucional legislado dos Estados. Por conseguinte esta emenda constitucional é supérflua, é desnecessária.

Poderemos fazer imediatamente a emenda ao Estatuto do Magistério, dispensando esta emenda constitucional.

O SR. AIRTON CORDEIRO — E vai ser aplicada por quem?

O Sr. Lineu Turra — É esta a simplificação da tramitação do processo legislativo. Portanto, as queixas de Vossa Excelência não tem nenhuma razão de ser. Não queremos é procrastinar a matéria e a oportunidade dos professores alcançarem a sua aposentadoria aos 25 e 30 anos para a professora e professor, respectivamente.

Quanto à colocação de Vossa Excelência de que existem infiltrações no PMDB neste movimento dos professores, acho que Vossa Excelência está sendo injusto. Os professores tem reiteradamente dito que não querem inclusive políticos no movimento e eu, de minha parte, não tenho até participado. Agora vou trazer para Vossa Excelência porque as reclamações que existem são dos professores, não do PMDB. De forma que acho que na realidade é que não está havendo seriedade por parte do Governo. Acho que o Governo tem que dar um exemplo de seriedade no trato das coisas ...

O SR. AIRTON CORDEIRO — Acho que o Governo está sendo sério de mais, Deputado.

O Sr. Lineu Turra — Veja por exemplo estas notas que o Governo está mandando colocar nos jornais. Acho que isto é de uma malícia à toda prova, de uma falta de seriedade. Acho que não deve acontecer isto. O Governo deve dar um caminho de seriedade às coisas. Não pode ... se existe malícia de um lado, acho que ao Governo não compete entrar no mesmo jogo. Que me desculpe o Sr. Secretário da Educação que acho não está tratando as coisas como Secretário da Educação, ele está dando um exemplo feio para o problema do Paraná.

Já estou estudando, se continuar este problema, de pedir a intervenção do Estado do Paraná, porque este problema é muito sério, é fundamental para o Estado do Paraná; porque o Governo não está sabendo resolver um problema de fundamental importância tumultuando a vida escolar e a educação e não está cumprindo com suas obrigações e compromissos para com os professores.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço o aparte de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre orador que resta um minuto para o término de sua oração.

O Sr. Nelton Friedrich — Permite-me um aparte? Serei breve.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Quero concluir, Sr. Presidente. Lamentavelmente não disponho de tempo, senão com todo o prazer daria o aparte a Vossa Excelência. Gostaria apenas de concluir dizendo ao Deputado Lineu Turra que ao Governo não falta seriedade. Interessante que o Deputado ameaça o Governo de intervenção, num posicionamento pessoal mas se

esquece clamorosamente - e só posso dizer que se esquece intencionalmente, que o servidor público não pode fazer greve.

O Governo está fazendo uma concessão. O Governo do Paraná, este Governo, anistiou os professores grevistas no final do Governo Jayme Canet Júnior e não puniu professor algum, grevista, até hoje!

Então, qual é o conceito de Governo democrático do Deputado Lineu Turra? Só se for um Governo anarquista e isto, efetivamente, não queremos. Na verdade não queremos.

Mas, Sr. Presidente, concluindo, e apelando a Vossa Excelência para que as providências sejam tomadas no sentido de que a Comissão Especial seja constituída, queremos dizer que no dia 03 de agosto do corrente ano, o Deputado Erondy Silvério fez a indicação dos Deputados do PDS para integrarem a Comissão Especial, a fim de apreciarem as propostas de emendas constitucionais de autoria dos Srs. Deputados Luiz Gabriel Sampaio, Fidelcino Tolentino e deste Parlamentar.

São passados muitos dias, são passadas muitas semanas sem que a Oposição tenha se pronunciado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

A Presidência, com base na Resolução n.º 2/71, abre o prazo de três dias, a contar do dia 22 do corrente, consecutivos para o oferecimento de Emendas à Proposição n.º 79/81, de autoria do Senhor Deputado Antônio Facci.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Nelton Friedrich, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados que irão integrar a Comissão Especial para apreciar as Propostas de Emendas Constitucionais.— Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Nelton Friedrich, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados que irão compor a Comissão Especial para propor o estabelecimento de normas para a Cobrança e Aplicação da Taxa Judiciária em nosso Estado.— Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente. Necessita de apoio.— Apoiado. Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente. Necessita de apoio.— Apoiado.— Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 73/80, que denomina "Prefeito Moacir Correa" a rodovia PR-517, trecho que liga Andirá à Cidade de Itambaracá.— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 73/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominado "PREFEITO MOACIR CORREA", a Rodovia PR-517, trecho que liga Andirá à Cidade de Itambaracá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 173/80, que conce-

de Título de Cidadão Honorário ao Professor João Calisto de Medeiros.— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 173/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Professor JOÃO CALISTO DE MEDEIROS.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de setembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;

ROSÁRIO PITELLI, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 24/81, que altera o regime de auxílio hospitalar ao servidor e dependentes, contida no Art. 4.º, do Decreto n.º 14.585, do Regulamento do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado - IPE, conforme específica.— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 24/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado - IPE, nos casos que necessitem de internamento, pagará o valor total das despesas hospitalares ocorridas, calculado de acordo com sua tabela própria, para o servidor e seus dependentes cuja remuneração seja igual ou inferior a 3 (três) salários mínimos da Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;

LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 50/81, que declara de utilidade pública o “Instituto Educacional Evangélico”, entidade de caráter filantrópico, com sede em Arapongas.— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 50/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o INSTITUTO EDUCACIONAL EVANGÉLICO, com sede e foro na Cidade de Arapongas.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de setembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;

ROSÁRIO PITELLI, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 59/81, que declara de utilidade pública a “Associação FAMEPAR”, com sede e foro na Cidade de Curitiba.— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 59/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO FAMEPAR, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de setembro de 1981

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;

ROSÁRIO PITELLI, Relator.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 170/80, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública a “Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Itambaracá”, com sede e foro na Cidade de Itambaracá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 43/81, de autoria do Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE, que autoriza o Poder Executivo doar à Colônia de Pescadores Z-12, com sede e foro em Foz do Iguaçu, uma área de terra, conforme específica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 57/81, de autoria do Deputado ANTÔNIO COTRIM, que declara de utilidade pública o “Serviços de Assistência Social Evangélico - SASE”, com sede e foro no Município de Cianorte. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 62/81, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que declara de utilidade pública o “Recanto Somos Todos Irmãos”, com sede e foro na Cidade de Maringá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 65/81, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a “Associação de Amigos da Vila Santa Cruz”, com sede e foro na Cidade de Castro. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 95/79, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que dá nova redação ao Artigo 39 e seu inciso VIII e ao Artigo 52 do Regimento Interno. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 70/80, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que altera os parágrafos 5.º e 9.º, do Art. 14 do Regimento Interno, que passa a vigorar conforme específica. (Das licenças para tratamento de saúde dos Deputados).— Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 07/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 29/81), que cria cargos de provimento em comissão, na lotação da Secretaria de Estado da Educação, para comporem o quadro do Conselho Estadual de Educação. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 08/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 30/81), que eleva para o símbolo 1-C, os cargos de Diretor da Penitenciária Central do Estado, Diretor da Prisão Provisória de Curitiba, Diretor da Colônia Penal Agrícola, criados pela Lei n.º 4.615, e de Diretor da Penitenciária Feminina, criado pela Lei n.º 6219, todos integrantes da Secretaria de Estado da Justiça. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.R.H., por unanimidade.— EMENDA DE PLENÁRIO, com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EMENDA DE PLENÁRIO, com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. EM REGIME

DE URGÊNCIA.— Aprovado, artigo por artigo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 125/78, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que dispõe sobre a privacidade de Despachante Oficial, na mediação entre contribuinte e o Departamento de Trânsito do Paraná — DETRAN, conforme o disposto nesta lei. Pareceres CONTRÁRIO da C.C.J. d FAVORÁVEL da C.F., por unanimidade.—

PROJETO DE LEI N.º 125/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — É privativa, do Despachante Oficial, a mediação entre o contribuinte e o Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, de conformidade com o disposto nesta lei.

Art. 2.º — Compete ao Diretor do Departamento de Trânsito, ouvido o Secretário de Estado da Segurança Pública, expedir a credencial de habilitação para o exercício da função de Despachante, a que se refere esta lei, bem como a respectiva carteira funcional, para localidades especificadas.

Parágrafo único - A titulação do Despachante será proporcional ao número de veículos registrados em cada Município do Estado, à razão de um (01) para cada dois mil (2.000— veículos, observando-se, porém, a titulação mínima de dois (02) Despachantes em cada município.

Art. 3.º — O Candidato ao exercício da função mencionada no artigo anterior, deverá:

I - Fazer prova de:

- a) ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b) ser maior de 21 anos;
- c) ser eleitor;
- d) estar quite com o serviço militar;
- e) sanidade física e mental, com laudo médico, expedido pela Secretaria da Saúde Pública;
- f) nível de instrução secundária, mediante comprovante de conclusão do curso (1.º ciclo);
- g) idoneidade, com certidões Negativa dos Cartórios de Protesto de Títulos da Capital e, se residente no Interior do Estado, do Cartório Local; e Negativa das Varas de Execuções Criminais, mais do Comércio, Falência e Concordatas, dos últimos dez (10) anos;
- h) atestado de antecedentes criminais, expedido pelo Instituto de Identificação; bons antecedentes políticos-sociais, expedido pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS).
- j) identidade fiscal, com fotocópia autenticada do Cartão de Identificação de contribuinte, expedido pela Delegacia Regional do Imposto de Renda.

II- Com a documentação constante do item anterior, o candidato, em requerimento, dirigido ao Diretor do Departamento de Trânsito, indicará o município para o qual pretende ser credenciado.

III- O Diretor do Departamento de Trânsito, após examinar a documentação instrutória e ouvido o Secretário da Segurança Pública, prolatará seu despacho fundamentado, deferindo ou não, o pedido.

IV- Deferida a pretensão, o Despachante credenciado deverá firmar termo de responsabilidade, garantido por caução, junto ao Tesouro do Estado, em moeda corrente do País, para cobrir eventuais danos, causados ao DETRAN ou a terceiros, em valor fixados por ato do Secretário da Segurança Pública.

V- Até sessenta (60) dias após o ato de credenciamen-

to, o Despachante deverá apresentar, ao órgão competente do DETRAN, prova de inscrição como segurado da previdência social.

Art. 4.º — As associações civis, registradas como de utilidade pública, pela União ou pelo Estado do Paraná, de fundo filantrópico ou assistencial, poderão, a critério do Diretor do Departamento de Trânsito, ter Despachantes Oficiais credenciados.

Art. 5.º — Compete, ao Despachante, na esfera da jurisdição municipal para a qual foi credenciado, o seguinte:

- a) representar seus clientes, desde que autorizado através de documento hábil, independentemente de procuração;
- b) encaminhar e acompanhar o andamento de processos e papéis de interesse de seus clientes, atendidas as disposições regulamentares dos serviços administrativos do DETRAN;
- c) requerer certidões e outros, necessários à instrução de processos, solicitar informações sobre a tramitação processual, bem como, diligenciar sempre na defesa dos interesses de seus clientes, junto ao DETRAN;
- d) recolher, em nome dos seus representados, quaisquer impostos, taxas, multas e outros emolumentos;
- e) não manter filiais;
- f) requerer certidões e outros documentos como atestados de residência, licença de inflamáveis e solicitar ofícios para liberação, junto às Delegacias Especializadas de Polícia.

Art. 6.º — O Despachante poderá ser transferido, a pedido, do município, no qual foi credenciado, para outro, verificada a ocorrência de vaga, a critério do Diretor do Departamento de Trânsito.

Art. 7.º — A transferência também poderá ocorrer por permuta, entre dois (02) Despachantes, mediante requerimento, dirigido ao Diretor do Departamento de Trânsito e a critério da mesma autoridade.

Art. 8.º — Serão concedidos o título e a carteira, de que trata o art. 3.º, aos Despachantes que, mediante atestado, passado pelo órgão competente do DETRAN, comprovarem que, na data da promulgação desta lei, exerciam, no Departamento de Trânsito, regularmente, sua função.

Art. 9.º — Cada Despachante poderá requerer, ao Diretor do Departamento de Trânsito, a credenciação de um (01) empregado que indicar.

§ 1.º — O empregado, devidamente registrado, com Carteira Profissional do Trabalho, como auxiliar, funcionará sob a exclusiva responsabilidade do Despachante;

§ 2.º — Ao empregado, aplicar-se-á, no que couber, a legislação aplicável ao Despachante, excetuado o disposto na letra b, do item e item II, do artigo 4.º, da presente lei.

§ 3.º — O empregado deverá ter idade superior a dezoito (18) anos.

§ 4.º — O Despachante firmará um termo de responsabilidade, sobre os atos praticados pelo seu empregado, no exercício das respectivas funções.

Art. 10 — incumbe, ao Despachante Oficial:

- a) tratar com urbanidade, clientes e funcionários, respeitando o regime disciplinar do serviço público;
- b) diligenciar o rápido andamento dos processos que lhes forem confiados;
- c) manter o livro de registro, de conformidade com modelo a ser estabelecido pelo DETRAN, onde conste:
 1. nome, estado civil, nacionalidade, profissão e domicílio dos comitentes;
 2. A natureza dos serviços que lhe forem confiados,

com a respectiva conclusão e contas.

3. os pagamentos recebidos.
- d) apresentar o livro de que trata a alínea anterior, para exame, sempre que solicitado pelo Departamento de Trânsito;
- e) prestar contas e fornecer recibo aos seus clientes;
- f) acatar as determinações das Chefias do Departamento de Trânsito e, com elas, cooperar;
- g) manter em seus escritórios, em lugar visível ao público, impressas e sem rasuras;
1. tabela de honorários aprovada, pelo Diretor do DETRAN;
2. tabela de taxas do DETRAN, relativas aos serviços de atribuição do Despachante.
- h) comunicar, dentro de vinte e quatro (24) horas, à Diretoria do DETRAN, a dispensa de empregado, devolvendo a credencial respectiva;
- i) portar e exibir, em lugar visível do vestuário, quando no exercício da função, cédula de identidade oficial, (crachá) expedida pelo DETRAN;
- j) identificar os processos, que encaminhar, junto ao DETRAN, com carimbo próprio, onde conste o nome do Despachante o número da portaria de credenciamento, sua data e o endereço do escritório;
- l) instruir os processos, além da documentação regular, com um comprovante padrão, fornecido pelo DETRAN, onde deverá constar a autorização do cliente, bem como dos honorários.

Art. 11 — É vedado, ao Despachante, nos termos desta lei:

- a) desempenhar cargo ou função pública;
- b) realizar propaganda contrária à ética profissional;
- c) cobrar, por seu trabalho, importância superior à tabela de honorários, aprovada pelo Diretor do DETRAN;
- d) delegar a outrem, empregado, suas atribuições, definidas em lei e respectivo regulamento;
- e) aceitar o patrocínio de causa que, de qualquer modo, venha a redundar em prejuízos a terceiros ou à administração pública;
- f) manter conduta incompatível com o decoro, da profissão;
- g) exercer sua função fora da jurisdição municipal para a qual foi credenciado.

Art. 12 — Constitui impedimento legal para o credenciamento de Despachante, o parentesco, até o 3.º grau, inclusive na linha de afinidade, com funcionário do DETRAN ou à disposição do mesmo órgão, asseguradas, todavia, as situações anteriormente consolidadas.

Art. 13 — Pela infração das regras, que fixam seus deveres funcionais, na esfera administrativa, o Despachante ficará sujeito à aplicação das seguintes penalidades:

- a) advertência, no caso de infração leve, aplicada verbalmente, e repreensão, no caso de negligência, por escrito, a última, anotada na respectiva ficha funcional, ambas sem publicidade;
- b) multa, até o valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), reajustável em cada exercício.
- c) suspensão da atividade profissional, até o máximo de um (01) ano;
- d) cassação da credencial.

§ 1.º — O Diretor do DETRAN é competente para aplicação de quaisquer das penas, referidas no artigo anterior e, os Chefes de Circunscrições de Trânsito (CIRETRANS) para as de advertência e repreensão.

§ 2.º — A pena de multa será aplicada ao infrator, no caso de reincidência, em infração leve, independentemente de sindicância;

§ 3.º — A imposição das penas de suspensão, no caso de falta grave, e de cassação, no caso de falta gravíssima, será sempre precedida de sindicância, mediante notificação do acusado, pessoalmente ou por editais, estes com o prazo de cinco (05) dias, para oferecimento da defesa por escrito, no prazo de dez (10) dias, facultada a juntada de documentos.

§ 4.º — Das decisões que importarem na aplicação de sanções, após pedido de reconsideração, caberá recurso, à autoridade imediatamente superior, sem efeito suspensivo, no prazo de quinze (15) dias, cuja decisão será irrecorrível.

Art. 14 — O Departamento de Trânsito manterá, em seção própria, o registro e o cadastro dos Despachantes Oficiais credenciados, para efeito de anotações em sua vida profissional.

Art. 15 — Os honorários dos Despachantes Oficiais serão fixados por decreto, em importância não excedente a vinte por cento (20%) do salário de referência.

Art. 16 — Dentro de sessenta (60) dias, contados da publicação desta lei, será baixado, por decreto, sua regulamentação.

Art. 17 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA VOTO EM SEPARADO AO PROJETO DE LEI N.º 125/78

Tem por finalidade o presente Projeto de Lei n.º 125/78, de autoria do nobre Deputado Erondy Silvério, atribuir a privacidade de mediação junto ao Departamento Estadual de Trânsito, ao Despachante Oficial, na forma que estabelece.

Sobre a matéria houve o parecer favorável do relator designado, Deputado Ezequias Losso, manifestando-se favorável com Emendas, visando correção nos Arts. 1.º e 3.º (fls. 7a.). Deferido pedido de vistas sobre o parecer ao nobre Deputado Gilberto Carvalho, este apresentou requerimento, deferido pela Presidência da CCJ, convertendo o Projeto em diligência junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública, a fim de que aquele órgão se manifestasse sobre a proposição, através do Departamento Estadual de Trânsito. Devolvido o expediente através do Ofício n.º 397/79, (fls 08) pela Secretaria da Segurança Pública com o parecer e informações dos setores jurídicos do DETRAN manifestando parecer contrário à proposição, sob o ponto de vista do interesse da Administração.

No parecer exarado pelo setor jurídico do DETRAN, com fundamentos nos Arts. 153 — § 35 e Art 123 das Constituições Federal e Estadual, respectivamente, é aventado o vício da inconstitucionalidade do Projeto no seu art. 1.º.

Sobre essa premissa, é que sustentamos, neste voto em separado, o nosso parecer contrário à matéria, por julgá-la inconstitucional e contrária aos interesses públicos.

É o voto em separado que apresentamos.

Sala das Comissões, em 24 de junho de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO, Presidente;

DENI SCHWARTZ, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 125/78

PARECER

O nobre Deputado Erondy Silvério submete à apreciação da Casa, o presente projeto que visa disciplinar a função do Despachante Oficial junto ao DETRAN; estabelecendo, para tanto, minuciosa gama de disposições normativas.

Após ouvir os órgãos técnico-jurídicos do DETRAN, a douta Comissão de Constituição e Justiça opinou pela re-

jeição da matéria, na forma do voto em separado do ilustre Deputado Deni Schwartz.

Não obstante esse respeitável pronunciamento, entendo que o projeto estabelece normas reguladoras da atuação do Despachante Oficial do Trânsito, definindo claramente suas atribuições, forma de credenciamento, seus deveres, suas responsabilidades, a forma do DETRAN controlar seus atos, enfim, constituindo-se em um autêntico Estatuto da operosa categoria profissional.

Além disso, a regulamentação das funções de Despachante virá auxiliar na eficiência administrativa daquele órgão e beneficiar as partes interessadas naqueles serviços.

Por todo o exposto, o meu parecer é pela aprovação do projeto, em todos os seus termos.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1981.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO, Presidente;
GABRIEL MANOEL, Relator.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, solicitando a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Lei n.º 125/78, a fim de que a Comissão de Segurança Pública possa apreciá-lo.— Aprovado, o requerimento.

Retirado, portanto, da Ordem do Dia, o Projeto de Lei n.º 125/78.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 56/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 41/81), que autoriza o Poder Executivo, doar ao Município de Mariluz, os lotes de terreno que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 56/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Mariluz, a Quadra n.º 8-B, constando dos lotes de n.º 1 a 18, da Planta Geral do JARDIM BONFIM, situada na sede do referido município.

Art. 2.º — O imóvel de que trata o artigo anterior destinar-se-á às obras do município, não podendo em qualquer tempo ser transferido para terceiros, sob pena de reversão do mesmo ao patrimônio do Estado, independentemente de qualquer interpelação ou notificação.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 3 de junho de 1981.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 56/81

PARECER

Originado de Mensagem Governamental n.º 41/81, o projeto de lei que nos é dado a exame, visa obter autorização deste Poder, no sentido de que o Executivo seja possibilitado de doar áreas de sua propriedade ao Município de Mariluz.

A legislação pertinente exige que, em matéria desta natureza, o objeto e a finalidade da doação seja específico, o que é perfeitamente cumprido pelo disposto no Art. 2.º do projeto, o qual estipula, ainda, a vedação da transferência do imóvel a terceiros, caso em que haverá a reversão imediata ao patrimônio do Estado, sem prévia notificação.

Está assim em completo acordo com as leis que regem a espécie, motivo pelo qual haverá de receber, como recebe, nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19 de agosto de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO, Presidente;
BASÍLIO ZANUSSO, Relator.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando autorização para que o mesmo represente esta Assembléia Legislativa no “X CONAP-Congresso Nacional de Administração Pessoal, a se realizar na Capital paulista, como tema central o “I BALANÇO SINDICAL BRASILEIRO”, sem ônus para este Poder.— Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 80/81, que altera o tempo de serviço dos professores.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente da República e Ministro dos Transportes, reivindicando a construção da ligação ferroviária entre Cianorte e Guaíra.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à TELEPAR, encarecendo a instalação do serviço de micro-ondas interligando Umuarama a Guaíra, com a finalidade de possibilitar o tráfego de sinais de áudio e vídeo de emissoras de televisão para melhorar a qualidade do sinal recebido nas localidades existentes entre os dois municípios.— Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Recursos Humanos, reiterando apelo feito anteriormente, no sentido de que seja enviada a este Poder, mensagem governamental instituindo a contagem recíproca de tempo de serviço aos servidores do Estado.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, reivindicando a realização de estudos visando a imediata liberação do plantio de frutas cítricas em nosso Estado, que está proibido desde 1972.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa a Encíclica “LABOREM EXERCENS” de Sua Santidade o Papa João Paulo II.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de aplauso à TV-PARANÁ Canal 6, pela apresentação no último sábado no Ginásio do Tarumã, da final do Festival Arizona, tendo como vencedora a dupla Guatupê e Guaratuba.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo seja determinado a imediata instalação de um destacamento do Corpo de Bombeiros na Cidade de Campo Mourão.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 22, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.º 07 e 08/81.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 56/81.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 58 e 80/81 e de Resolução n.ºs 40 e 41/81.
Levanta-se a sessão.